

Em favor da democracia: o jornalismo que resiste¹

Melina Costa Lima FRAGA²
Ana Maria da Conceição VELOSO³
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Resumo: Este artigo visa analisar como o contexto político-social da crise que tem afetado o Brasil tem repercutido na atuação de jornalistas ligados à grande mídia ou não. A fim de compreender tal fenômeno, utilizamos, como principal aporte teórico, as produções de Sylvia Moretzsohn (2002), Venício Lima (2013), Janet Wasko (2006) e Jessé de Souza (2009). Após a análise do panorama da atuação jornalística brasileira na atualidade, foi possível perceber a gravidade do desserviço que grande parte dos grupos de mídia tem prestado ao jornalismo, mas também constatar que, em nome da democracia e do sentimento de classe, muitos profissionais têm resistido à sobreposição dos interesses particulares na esfera pública.

Palavras-chave: Jornalismo; mídia; comunicação; crise de representação; sentimento de classe.

APRESENTAÇÃO

O jornalismo e suas práticas vêm apresentando severas modificações nos últimos anos em consonância com a dinâmica dos processos sociopolíticos que perfazem a contemporaneidade.

Com a repercussão do advento da internet, por volta dos anos 1990, enquanto a rede ainda surtia os primeiros impactos na sociedade brasileira, não somente o jornal impresso, mas o jornalismo em si, enquanto instituição, já eram alvos de debates que os colocavam em situação de vulnerabilidade. Até então, as discussões giravam em torno da ameaça de extinção do fazer jornalístico, uma vez que as pessoas podiam, através da nova ferramenta, estar em contato com outras sociedades, culturas e tomar conhecimento dos acontecimentos que ocorriam em todo mundo.

Tal perspectiva, fortemente influenciada pelos avanços tecnológicos impulsionados pela internet, parece não levar em consideração fatores essenciais ao debate, como: o questionamento do ensaísta Hans Enzensberger (2003) sobre até que ponto a comunicação apresentava maturidade suficiente para evoluir de modo tão emancipado, como propunha a internet — não somente tecnicamente, mas também ideologicamente — com o passar do tempo; o excesso de informações,

¹ Trabalho apresentado no II 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016.

² Graduada no curso de Letras (Vernáculo), pela UFPE, e pesquisadora do Observatório de Mídia: Gênero, Democracia e Direitos Humanos, projeto desenvolvido pelo Departamento de Comunicação Social da UFPE.

³ Orientadora do trabalho. Professora dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Rádio, TV e Internet e coordenadora do Observatório de Mídia: Gênero, Democracia e Direitos Humanos, projeto desenvolvido pelo Departamento de Comunicação Social da UFPE, email: anavelosoufpe@gmail.com.

amplamente problematizado pelo teórico Dominique Wolton (2010), ao distinguir o conceito de comunicação daquele atribuído ao de informação; e a importância do jornalismo enquanto instituição mediadora entre os fatos sociais e o grande público, sobretudo em meio aos processos de globalização em curso na contemporaneidade.

Dialogando com essa perspectiva teórica, que problematiza o bombardeio informacional nos dias atuais, no âmbito da comunicação social, a jornalista Sylvia Moretzsohn (2002) vem a apontar a *fetichização da velocidade da notícia* como fator de interferência nas dinâmicas dos grupos de mídia. De acordo com suas considerações, o desejo de consumo, largamente disseminado pelo capitalismo, tem se expandido e alterado as lógicas de produção das notícias.

Para ela, não somente o público consumidor tem sido refém desse “fetiche”, mas também grande parte dos produtores da notícia tem buscado, incessantemente, suprir tal demanda quando reiteram a velha promessa do jornalismo tradicional (a “verdade em primeira mão”), ou quando disseminam as “coberturas em tempo real” e “profetizam tendências”. Desse modo, ditam as ordens de consumo por meio de atuações dissimuladas que negam a subjetividade jornalística e publicizam aquilo que é noticiado.

Segundo sua análise, a notícia passa a ser tratada como mercadoria, fenômeno que desencadeia um fazer jornalístico que há muito vem sendo padronizado, massificado. É importante reconhecer, contudo, que não somente o fetiche, apontado por Moretzsohn, contribui para a padronização da atuação jornalística, mas também a onda de privatização de espaços e/ou canais públicos e a consequente sobreposição dos interesses particulares das empresas no agendamento de temas e na elaboração das pautas, como prevê a teoria do agendamento⁴.

Em relação à publicização da notícia, é possível afirmar que tal fator se relaciona de modo bastante receptivo com a desfronteirização entre conteúdo documental e entretenimento. Tal tendência, além de pretender docilizar o público (leitores, ouvintes ou telespectadores) por meio de recursos usados para a quebra de tensão no processo de consumo da notícia, ainda visa propiciar, por consequência, a neutralização na capacidade crítica do mesmo.

Aliados aos fatores de ordem ideológica que deflagraram a crise no jornalismo enquanto instituição, há ainda os ocasionados pela precarização da produção, como a supervalorização da informatização entre os profissionais da área, urgência de atuações profissionais polivalentes capazes de coletar dados, produzir e editar matérias em tempos recordes e aplicação de políticas de

⁴ De acordo com a Teoria do Agendamento, ou Agenda-Settingtheory, formulada, em 1970, por Maxwell McCombs e Donald Shaw, a mídia determina a pauta para a opinião pública ao selecionar, explorar e destacar determinados temas e preterir, ofuscar ou ignorar outros tantos.

demérito aos catedráticos o que denota uma investida de fins quantitativos em detrimento dos qualitativos. Tais fatores se retroalimentam e determinam profundos impactos tanto no horizonte ideológico quanto na atuação do jornalismo atual.

Ao compasso que houve um considerável aumento na busca por produção de notícias e transmissões midiáticas dos fatos supostamente agendados, não é sensato, por motivos éticos, confundir avanços na satisfação das demandas também impostos pelo público com a melhoria na qualidade da cobertura jornalística. Como bem nos elucida Enzensberger (2003, p. 17), “a evolução de um simples meio de distribuição para um meio de comunicação não é um mero problema técnico [...]”.

Aprofundando tal problematização, Dominique Wolton (2006) vem a discutir o risco da incomunicação na modernidade, uma vez que as trocas ideológicas entre os sujeitos têm se realizado de modo hierarquizado e em função dos ditames do capital.

Segundo apontamentos posteriores do autor (2010), há, na contemporaneidade, um grande paradoxo entre as tarefas de comunicar e informar. Pois a primeira implica, pelo seu viés essencialmente dialógico, na ocorrência de dissensos, questão que afeta diretamente a eficiência da segunda, uma vez que esta visa uma legitimação imediatista, cujos parâmetros críticos precisam ser, quando não ausentes, rasos o bastante a ponto de possibilitar a instauração das “verdades absolutas”, ou a hierarquização da informação.

Nesse sentido, estar contrário à ideologia disseminada por grupos de grande força capital pode significar, para aqueles que não se reconhecem enquanto sujeitos políticos, estar à margem da sociedade. O jornalismo autêntico, porém, não pode estar dissociado de seu compromisso comunicacional, e este, por sua vez, pressupõe o dialogismo. O contrário do que tem acontecido com frequência em virtude da concepção mercadológica que tem limitado, muitas vezes, a produção jornalística.

Indo, porém, contra todo esse fluxo, resistem muitos jornalistas ao soterramento ocasionado pelo capital. Ao contrário do que afirmam muitas falácias na atualidade, o jornalismo não morreu, ainda há profissionais grupos, organizações e até veículos que atuam — geralmente de modo independente da mídia tradicional e/ou conservadora — na manutenção do espaço para o debate público e na realização de coberturas qualitativas dos acontecimentos de relevância social.

Das crises de representação das principais instituições de legitimação e poder: política e mídia

Diante das inúmeras possibilidades quanto ao exercício da cidadania ou mesmo da sociabilidade de cada sujeito contemporâneo, cujas normatizações têm sido postas, cada vez mais em xeque, é fato que as instituições sociais como um todo, sobretudo as mais tradicionais, têm encontrado diversas limitações quanto à capacidade de contemplarem toda essa diversidade.

Um dogma profundamente aclamado pela contemporaneidade tem sido a “era da informação”, valor que tem se calcado, amplamente, em detrimento do debate público. Embora a globalização venha dando maior realce às singularidades entre os atores nela circunscritos, ainda há um grande culto, em nossa sociedade, à representatividade das majorias. Nessa perspectiva, qualquer posicionamento divergente é tido como problemático. Um exemplo dessa tentativa de pertencimento ao que está posto pode se configurar na situação do eleitor que se diz “obrigado” a escolher o candidato “menos ruim”, em lugar de votar nulo e exigir novas chapas que, de fato, lhe representem.

Em consequência das constantes procrastinações de nossos direitos pela “ditadura das massas”, diversas democracias, em especial a brasileira, têm esbarrado numa crise de representação política, ou “esgotamento de instituições tradicionais das democracias participativas” no mundo contemporâneo, como nos adverte o estudioso Venício Lima (2013, p. 92).

Vale salientar que a concepção de Lima sobre as democracias institui-se em consonância com a definição da filósofa Marilena Chauí. Para ela, as sociedades democráticas contemporâneas configuram-se para além dos limiares de um regime político. Segundo sua definição:

Dizemos, então, que uma sociedade — e não um simples regime de governo — é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e da minoria, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja quando institui direito e essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social se realiza como um contra poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação material e o poder dos governantes (CHAUÍ, 2009, p. 56).

Nesse contexto, faz-se notório o poder de influência midiática nas esferas ideológicas da modernidade, bem como o espaço que o interesse privado tem ocupado dentro dos discursos veiculados pelos mais diversos meios de comunicação.

Nunca tantos homens foram mantidos em incomunicação por um grupo tão pequeno. O número daqueles que têm o direito de escutar e de ver não cessa de crescer, ao passo que se reduz vertiginosamente o número daqueles que têm o privilégio de informar, de exprimir, de criar. A ditadura da palavra única e da imagem única, bem mais devastadora que a do partido único, impõe em todo lugar um mesmo modo de vida e outorga o título de cidadão exemplar àquele que é consumidor dócil, espectador passivo, fabricado em série, em escala planetária, de acordo com um modelo proposto pela televisão comercial americana (GALEANO *in* MORAES, 2006, p. 149-150).

No Brasil, essa situação se agrava pela concentração das concessões de rádio e televisão por corporações do setor que controla vários canais de mídia, inclusive alguns que funcionam mediante concessão pública.

A concentração dos meios de comunicação no Brasil segue como um dos pontos mais vulneráveis da nossa já frágil democracia. A mídia grande é principal partido político no Brasil contemporâneo. Enquanto os grupos do setor se organizam para ampliar o domínio hoje exercido, empresas estrangeiras buscam formas de disputar o mercado. Sobrará espaço para sociedade e Estado desenharem uma agenda voltada ao interesse público? (BIONDI; CHARÃO, 2008, p. 6).

Não acontece diferente no âmbito do jornalismo, o que contraria o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, aprovado pela FENAJ⁵ (e publicado no site da instituição em agosto de 2007), pois, conforme os postulados do inciso I, artigo II, capítulo I: “a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas”.

Embora já se reconheça que o jornalismo, assim como qualquer outro tipo de narrativa, contém, naturalmente, cargas de subjetividades de quem o faz — uma vez que seu principal objeto de trabalho, a realidade em si, não é objetivo, exato ou concreto, mas fruto de construções sociais —, espera-se que ele seja um espaço de enfrentamento. No entanto, por fazer parte de um sistema, não raramente, será instrumento de legitimação das instituições que mantém sua existência.

No caso particular do Brasil, diante do alarmante cenário de crise de representação política, a maior parte das matérias jornalísticas têm deixado bastante clara a polarização entre meios que supostamente produzem um “jornalismo-golpista” e meios que supostamente produzem um “jornalismo-governista”. Sendo um ou outro viés tomado em virtude dos interesses dos controladores dos meios de produção simbólica. Não são raros os casos de empresários e/ou políticos detentores desse poder e que, diretamente envolvidos nos casos de corrupção e escândalos midiáticos, manipulam a notícia em benefício próprio, chegando, muitas vezes, a deturpá-la sem qualquer constrangimento.

Diante de tal constatação, faz-se imprescindível o apoio da economia política para analisar como o fenômeno tem comprometido o conteúdo dissipado pelas esferas comunicacionais brasileiras ligadas à mídia tradicional. Nesse sentido, de acordo com os postulados de Wasco (2006), a investigação deve passar pelo:

[...] estudo que examina as relações de poder envolvidas na produção, distribuição e consumo dos *media* e recursos de comunicação num contexto social mais

⁵ Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 18/04/16 às 16h.

alargado. A Economia Política da Comunicação privilegia, ainda, questões relacionadas com o poder das classes, mas não com a exclusão de outras relações, e realça a natureza complexa e contraditória de tais relações. A Economia Política da Comunicação desafia, principalmente, o desenvolvimento dos *media* e da comunicação, que debilita o desenvolvimento de sociedades equitativas e democráticas. (WASCO, 2006, p. 53)

Dentre os exemplos de cobertura jornalística interessada, que têm se apresentado diante dos últimos conturbados acontecimentos políticos no Brasil, é possível citar a cobertura da Rede Record sobre o vergonhoso embate ocorrido na Câmara entre os deputados Jean Wyllys e Jair Bolsonaro. Segundo a crítica da jornalista Bia Barbosa⁶, do coletivo Intervozes⁷:

Hoje (18/4) foi a vez do Jornal da Record, que achou "lamentável e de baixo nível" a atitude do deputado Jean Wyllys de cuspir em Bolsonaro durante a votação do golpe. A Record até mencionou que Bolsonaro defendeu um torturador em seu voto, mas parece não ter achado isso lamentável. Brilhante Ustra, homenageado pelo deputado quando este subiu à tribuna para atacar Dilma, é considerado responsável pela morte de pelo menos 50 pessoas no DOI-CODI.

A Record tampouco se indignou com o fato de Bolsonaro ter elogiado, uma vez mais, o golpe militar. Foi o momento mais deplorável e vergonhoso da noite deste domingo. Mas a emissora da Barra Funda parece que não viu muito problema nisso...

A Record tampouco relatou os insultos que Jean sofreu do "colega" parlamentar, que o chamou de "veado", "queima-rosca" e "boiola", entre outras ofensas homofóbicas, quando este saiu da tribuna. Só mostrou Bolsonaro negando as acusações e Jean dizendo que repetiria o ato. Enquanto ouviu o líder do PSC, André Moura, contando as medidas que tomará com Jean Wyllys, a Record "esqueceu" de ouvir o PSOL. Também não lembrou que Bolsonaro, recentemente, ameaçou a deputada Maria do Rosário de estupro.

Como relatou o próprio Jean, este senhor "cospe diariamente nos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Ele cospe diariamente na democracia". Sou testemunha ocular disso em minhas andanças pela Câmara. Mas a Record, que tem uma relação simbiótica (pra dizer o mínimo) com a bancada evangélica - integrada pelo partido de Bolsonaro, que odeia os gays - continua colocando seu jornalismo a serviço de outros interesses.

É interessante notar a postura desenvolvida da jornalista ao citar termos que seriam condenáveis à mídia comercial, que pretende "maquiar" a realidade de modo a torná-la "agradável" a qualquer telespectador — postura amplamente tomada por parte daqueles que deturpam o potencial de enfrentamento do jornalismo. Outro ponto que se destaca no texto citado é a liberdade com que a autora aborda aquilo que ficou de fora da cobertura propositalmente, denunciando, inclusive, as omissões e ocultações que corrompem a produção jornalística.

É esse tipo de cobertura que, de fato, responde os questionamentos de qualquer telespectador da grande mídia mais atento e elucidado, aos menos atentos, o que foi silenciado. Ao assistir à referida

⁶ Disponível em: <http://revistaforum.com.br/mariafro/2016/04/19/bia-barbosa-a-record-nao-acha-lamentavel-bolsonaro-louvar-um-torturador/>. Acesso em 23/04/16, às 15h.

⁷ O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização, fundada no ano de 2003, que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil.

cobertura pela Rede Record, é esperado que se questione quanto ao fato de a atitude do deputado Bolsonaro ter sido ignorada no discurso da emissora sobre o acontecimento. Sobre tais lacunas, Venício Lima afirma:

A ausência de sintonia crescente (ou, em outras palavras, o descolamento da velha mídia da imensa maioria da população brasileira) vem sendo diagnosticada faz tempo. Ao contrário do que ocorre em outras democracias, no Brasil, a velha mídia praticamente não oferece espaço para o debate de questões de interesse público. [...] Dessa forma, a ampla diversidade de opiniões existente na sociedade não encontra canais de expressão pública nem tem como se fazer representar no debate público formador da opinião pública (LIMA, 2013, p. 93).

Em consequência do contexto apresentado, o descrédito à mídia como um todo, e até mesmo ao jornalismo, esfera da qual esperava-se maior compromisso com a realidade, tem se disseminado com grande força. Mais do que o descrédito, as coberturas interessadas têm conseguido despertar hostilidade por grande parte da população, fato que se comprova através de diversos episódios de perseguição aos profissionais de imprensa durante a cobertura dos protestos de rua. Além disso, coberturas independentes, como a da jornalista Bia Barbosa, têm conseguido cativar nichos leitores capazes de dar suporte às produções com sua audiência.

Sobre essa necessidade de resistência, um grupo de jornalistas de Pernambuco divulgou, em 31 de março, seu repúdio ao que denominaram de “antijornalismo”, em um manifesto⁸ onde defendem a democracia, a liberdade de expressão e a democratização dos meios de comunicação:

[...] As tentativas de desestabilização da democracia brasileira através do aparato da imprensa não são uma questão nova no país. Há, no entanto, um componente novo na crise política atual que, de certa maneira, refunda o jornalismo local. Jamais vimos, após o fim da ditadura militar, uma adesão de tantos veículos da chamada grande imprensa ao projeto de derrubada de um governo. Uma adesão turbinada por um judiciário que, por sua vez, intoxica o Brasil através de jornais, telejornais e revistas.

Uma imprensa irresponsável, que não se preocupa em falsificar números, omitir informações e, pior, incitar o arrivismo em uma já maculada sociedade brasileira. O que fica claro é que essa “grande imprensa”, a despeito de valorosos profissionais que nela trabalham, pratica cotidianamente o antiesclarecimento, o obscurecimento, ou seja: o antijornalismo.

É importante ressaltar que esse antijornalismo sempre esteve em vigor por aí, livre e impune. Se hoje trabalha com todo o ardil para derrubar um governo legítimo, por muito tempo agiu para colocar os governantes que desejava no poder. Negou a democracia mais de uma vez. Nunca a praticou de fato. O antijornalismo demorou 50 anos para admitir o erro de defender um golpe; agora, dois, três anos depois, patrocina outro, silenciando as vozes dissonantes com o discurso de mitigar seus nocivos atos por carregar o cetro da imparcialidade.

[...] E a informação jornalística, em seu nascimento, faz parte de um ideal humanista de levar as ferramentas à população para que ela decida, ferramentas essas que devem ser plurais e construtivas. É claro que sabemos que esses ideais não são um projeto dentro do modelo

⁸ Carta aberta disponível em: <http://frentebrasilpopular.com.br/noticias/jornalistas-de-pernambuco-divulgam-manifesto-em-defesa-da-democracia-e-da-liberd-b5dc/>. Acesso em 31/04/16, às 14h.

nacional, no qual o jornalismo e a informação não são vistos como direitos, mas apenas como negócios. Entretanto, a atuação de veículos de comunicação tem ferido até mesmo essa perspectiva, ultrapassando os limites do desrespeito, do cinismo e da manipulação.

Tais ações, para surpresa desses grandes equipamentos de mídia, não se dão hoje sem resposta. A matéria da *Veja* com um suposto plano de fuga do ex-presidente Lula, é um exemplo: foi, no mesmo dia da sua publicação, desmentida pela embaixada italiana no Brasil. A Rede Globo, um dia antes, tinha milhares de pessoas à frente de sua sede, protestando contra a cobertura historicamente tendenciosa dos veículos do conglomerado líder do oligopólio midiático brasileiro.

O que os dois exemplos nos mostram é que não é mais possível protelar uma nova regulação para a comunicação no País. Isso pode se dar através dos artigos da Constituição que já tratam do tema, embora permaneçam sem legislação que os façam valer.

[...] A guerra da desinformação imposta pelos conglomerados midiáticos nos mostra como se faz necessário um empenho coletivo em defesa da nação, um esforço para legitimar a ideia humanista do crescimento das pessoas por meio da informação.

É sob esse ideal que nos posicionamos. [...] Seguiremos a trabalhar nessa perspectiva, nunca junto dos que praticam e validam atentados à democracia, e sim ao lado dos que vivem para fortalecê-la.

Recife, 31 de março de 2016.

A crise do jornalismo

Sentindo-se ameaçado pelo advento da internet, mesmo enquanto este ainda encontrava-se retraído, o jornalismo já elaborava propostas de reformulação de seu exercício. A princípio publicizou a ideia de informação personalizada, propagando o “direito do saber selecionado” em consonância com as linhas editoriais. Mais tarde veio a ofertar um suposto protagonismo do público na elaboração da notícia e a perspectiva do jornalista-cidadão, conceito definido como “o acto de um cidadão ou grupo de cidadãos que têm um papel activo no processo de recolha, análise, produção e distribuição de informações” (BOWMAN e WILLIS, 2003, p. 9).

Essa perspectiva foi amplamente problematizada por diversos teóricos, entre eles, Sylvia Moretzsohn quando argumenta algo que “deveria ser evidente: o jornalista é aquele profissional autorizado a estar onde o público não pode estar, e por isso tem direito ao acesso a fontes através das quais pode apurar as informações necessárias à sociedade” (MORETZSOHN, 2007, p. 266). Ainda de acordo com suas considerações, além de ser importante a mediação do jornalista profissional, sem ela, muitas vezes, perpetua-se a lógica das publicações prematuras, sem o devido filtro e que priorizam o viés publicitário.

Em termos de elaboração de pauta, o advento da internet e as recorrentes justificativas de empobrecimento do hábito de leitura e consumo de notícias da massa vieram a desestabilizar, cada

vez mais, o fazer jornalístico tradicional das grandes empresas. Progressivamente, o imediatismo e cacofonia têm ocupado as redes em detrimento ao espaço dirigido ao jornalismo.

Diante da notória dispersão e fugacidade de uma considerável parte do público leitor no mundo virtual, ocorre, hoje, uma busca incessante por “leitores-consumidores” — nessa perspectiva, os hábitos de consumo de determinado perfil de leitor, visado por muitas empresas como público-alvo, determinarão o forjar de uma linha editorial —, fato que desencadeia a padronização e publicização da notícia.

Ao tratar do que chama de “caça ao clique”, em um artigo intitulado *O suicídio do jornalismo*, Moretzsohn (2015) defende que se trata da “morte anunciada do jornalismo, porque o que costuma excitar o público é a surpresa, o escândalo, o bizarro, o curioso, o grotesco. Em síntese, o *fait-divers*, que sempre foi elemento periférico para os jornais de referência”.

Sobre os *fait-divers*, ou as pseudonotícias, em sua obra intitulada *Sobre a televisão*, Pierre Bourdieu (1997) aponta o culto ao entretenimento na TV, em detrimento da informação e da cultura. Afirma que são recursos usados propositalmente pela mídia para entreter e até mesmo alienar o potencial crítico do telespectador.

A gravidade da deturpação do fazer jornalístico em território nacional pode ser constatada, por exemplo, pelos dados publicados pela *Quartz*⁹ referentes ao consumo de notícias no mundo digital no ano de 2014. De acordo com a agência de notícias, o Brasil é pioneiro no uso do Facebook para fins “informativos”. Ainda segundo o estudo, do total de entrevistados, 80% dos que dizem frequentar essa mídia, 67% afirmam utilizá-la para consumo de notícias. Vale salientar que o público apontado por esta pesquisa ignora o fato de que a rede social em questão é um dos maiores ambientes virtuais de publicização e, portanto, controla o tráfego de notícias, oculta fontes, entre outros dados, sem qualquer parâmetro jornalístico.

Tais revelações vêm a explicitar o quanto ainda temos um público consumidor apático, no sentido de não explorar o próprio potencial para produzir leituras autônomas e críticas daquilo que é ofertado pela grande mídia. Esse mesmo público chega a ignorar o fato de a comunicação ser um direito humanos, assim como o papel do jornalismo enquanto pilar da democracia. A apatia do sujeito público/cidadão dá-se, nesse contexto, não necessariamente por conformismo, mas pela alienação involuntária.

⁹ Agência norte americana de notícias com temática econômica. Dados disponíveis em: <http://qz.com/377519/for-facebook-news-is-just-padding-around-other-more-valuable-parts-of-the-platform/>. Acesso em 22/04/16, às 13h.

Conscientes não somente das fragilidades que deflagraram a crise política que o Brasil atravessa, mas das que configuram a crise do jornalismo em si, muitos profissionais da área têm ido às ruas reivindicar que a comunicação e a democracia voltem a caminhar juntas, sendo uma instrumento de legitimação da outra. A exemplo da lucidez destes profissionais, a FENAJ publicou, com entusiasmo, a seguinte cobertura do manifesto do sindicato dos jornalistas de São Paulo pela democracia e liberdade de imprensa¹⁰.

O ato, organizado pela Frente Popular do Brasil e apoiado pelos movimentos sociais, foi intitulado *Pela Democracia, Contra o Golpe e Pelos Direitos Sociais Trabalhistas*. As principais reivindicações apresentadas na manifestação foram em torno da liberdade de imprensa, com dizeres que procuravam deixar claro que os trabalhadores não têm responsabilidade pela linha editorial de seus empregadores e contra os casos de assédio moral e físico sofrido por vários jornalistas no desempenho de suas funções.

Os passarálhos e o (res)sentimento de classe

Devido aos inúmeros fatores que vieram a deflagrar a crise atual que atravessa o jornalismo (mencionados anteriormente), demissões em massa foram efetivadas em empresas de comunicação localizadas no mundo inteiro, fato que configurou o fenômeno popularmente conhecido como “os passarálhos”.

No caso do Brasil especificamente, segundo uma pesquisa realizada pelo projeto de jornalismo de dados Volt Data Lab, 1.103 jornalistas foram demitidos no período compreendido entre o ano de 2012 e agosto de 2015¹¹.

As justificativas passavam, muitas vezes, não por uma suposta necessidade de substituição do quadro, fosse por motivos de ordem financeira — desligamento de profissionais antigos por implicarem em mais altas remunerações —, fosse pela busca de funcionários mais antenados, dinâmicos (leia-se, mais bem colocados no “ranking da corrida contra o tempo” perpassante à lógica da “fetichização da notícia”, esmiuçada por Moretzsohn), melhor familiarizados com ferramentas tecnológicas.

Quando não, a explicação para o fenômeno estava atrelada às vantagens da terceirização do serviço ou mesmo cobertura de profissionais polivalentes (leia-se, aqueles que, atuam conformados às demandas oriundas da precarização do serviço). Os próprios avanços tecnológicos foram encarados como brechas para a extinção de determinados cargos. Com isso, não somente os

¹⁰ Disponível em: <http://fenaj.org.br/materia.php?id=4500>. Acesso em 23/04/16, às 19h.

¹¹ Dados disponíveis em: <http://observatorioidaimprensa.com.br/crise-na-imprensa/a-conta-dos-passaralhos-2/>. Acesso em 26/04/16, às 17h.

funcionários ligados à redação foram afetados, mas ainda outros setores de logística e administração dos jornais.

Diversos fatos imbricados à grande parte das coberturas jornalísticas têm deixado bastante claro o quanto o sentimento de desvalia — fortemente fomentado pelos passarálhos e a crise como um todo que tem assolado a área — mobilizou e tem mobilizado os profissionais do ramo de modo a levá-los a deixar transparecer, com ainda mais força, as subjetividades que perfazem seus próprios posicionamentos políticos enquanto cidadãos. Um clássico exemplo dessa tomada de posição é a carta aberta da Fenaj¹², elaborada por um grupo de jornalistas brasileiros elaborou e divulgou no 34º Congresso Nacional da categoria:

[...] Há no país uma ação permanente patrocinada pelos grandes grupos de comunicação para desqualificar o Jornalismo, confundindo propositadamente a produção de informação jornalística com entretenimento, ficção e mera opinião. Igualmente, a categoria dos jornalistas sofre ataques à sua constituição e organização.

Por isso, mais uma vez, os jornalistas brasileiros afirmam a defesa da regulamentação da profissão e conclamam a sociedade a apoiar a luta pela aprovação das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs), em tramitação no Congresso Nacional, que restituem a exigência da formação de nível superior específica para o exercício da profissão.

[...] Em seu 34º Congresso Nacional, os jornalistas brasileiros afirmam a necessidade de dar consequência às decisões da 1ª Confecom e destacam como prioridade a criação do Conselho Nacional de Comunicação como instância deliberativa, a criação do Conselho Federal de Jornalistas (CFJ) e do Código de Ética do Jornalismo e a aprovação de uma nova e democrática Lei de Imprensa para o país.

Não por acaso, no mesmo período de realização do 34º Congresso dos Jornalistas, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) reuniu-se no Rio de Janeiro para defender seus interesses empresariais, antagônicos aos da grande maioria do povo brasileiro. Falsamente, a ANJ afirma defender a liberdade de expressão e de imprensa, mas aponta para uma autorregulamentação do setor, sob o controle do patronato, em contraposição às propostas de regulação e regulamentação, por lei, defendidas pelos trabalhadores.

Os jornalistas brasileiros denunciam a exploração a que são submetidos pelos donos dos veículos de comunicação, que violam abertamente os mais comuns direitos trabalhistas. Reafirmam sua luta por melhores condições de salário e trabalho, pelo respeito à jornada diária.

[...] Além das lutas sindicais específicas, os jornalistas brasileiros se comprometem a trabalhar no combate ao racismo e pela promoção de políticas de equidade de gênero, raça e etnia na organização da categoria e na produção jornalística. [...]

Porto Alegre, 21 de agosto de 2010

É de se esperar que essa tomada de posicionamento aconteça entre profissionais cuja atuação implique na abertura do diálogo social e de espaços de enfrentamento, sobretudo num momento de crise como o atual que tem repercutido no exercício da cidadania de todos. O que não deve

¹² Disponível em <http://fenaj.org.br/materia.php?id=3161>. Acesso em 22/04/16, às 13h.

acontecer é que esses profissionais (jornalistas) disseminem ideias levianas motivados por interesses particulares, tampouco profiram discursos alienados por sentimentos extremos como o ódio.

Embora exista, o ódio de classe é condenável na ideologia de qualquer ser humano pelo absurdo de um sujeito racional, ciente da óbvia diversidade que perfaz qualquer sociedade democrática, não tolerar posicionamentos — seja de ordem ideológica ou mesmo financeira — diferentes do seu. Isso se agrava quando é este sentimento quem conduz a atuação de um profissional cuja atuação possui impactos diretos na formação de opinião de muitos indivíduos, como é o caso do fazer jornalístico.

No Brasil, o ódio de classe vem tomando notoriedade desde que começaram a surgir os avanços sociais que têm permitido a ascensão de uma classe social designada, por Jessé de Souza, como ralé. Segundo sua definição:

[...] uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. [...] Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc. (SOUZA, 2009, p. 21).

Sobre a interferência da mídia como um todo nas tensões sociais, Bernard Miége (2000) afirma que funciona como um lubrificante que serve às relações sociais de produção, consumo e intercâmbio cultural. Nesse sentido, as dimensões econômicas, simbólicas e materiais que permeiam o elo sociopolítico com as indústrias culturais devem ser analisadas de modo aprofundado e de forma integrada.

Nessa perspectiva, é importante notar o papel da esfera midiática na articulação dos movimentos pró-impeachment no que se refere à complacência no trato que dá, muitas vezes, à divulgação de ideologias criminosas e o/ou anticonstitucionais, como, por exemplo, a livre circulação de emblemas e ícones contrários à instauração do PT no governo, estampados em camisas com um “Basta!” acompanhado de uma mão com quatro dedos — simbolizando o ex-presidente Lula — e o adesivo com a imagem de uma caricatura da Presidenta Dilma com as pernas abertas para ser encaixado nos tanques dos carros e “penetrado” pelas bombas de gasolina.

Além desses casos, é importante perceber também o reforço dado por diversos veículos comunicacionais à ideia de golpear um governo eleito democraticamente, como a ampla divulgação

do Movimento Brasil Livre (MLB) e o Vem pra Rua, surgidos desde a época da reeleição de um membro do Partido dos Trabalhadores, a presidenta Dilma Rousseff.

Espraiando-se até os dias atuais, não é tarefa difícil detectar ações advindas do ramo jornalístico que, quando não foram coniventes, inflamaram as manifestações guiadas pelo ódio de classe.

As liberdades de expressão e imprensa e a necessidade de regulação da mídia

Não é de hoje que as concepções sobre as liberdades de expressão e imprensa fomentam diversas discussões perpassantes a grandes celeumas sociais. Não somente a distinção da abrangência de uma liberdade e outra gera polêmica, mas o próprio conceito de democracia vem sendo por vezes deturpado.

Embora se reconheça que a primeira diz respeito ao direito de expressão individual do sujeito e que a segunda se refere ao direito de tornar público determinado conteúdo, as tentativas de regulamentação da segunda (de imprensa) são, com frequência, rechaçadas por argumentos que mencionam um suposto retorno ao autoritarismo e à censura que assolaram o Brasil no período ditatorial.

Em *Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa* (2010), tais discussões são elucidadas com bastante propriedade por Venício Lima, autoridade nos estudos sobre as relações entre mídia e política. Na obra referida, o autor nos fornece uma minuciosa contextualização histórica dos fatores perpassantes ao surgimento formal de tais conceitos, das problemáticas que a eles se associaram e das repercussões em torno de tais liberdades que se estendem até os dias atuais.

No que diz respeito à liberdade de expressão, os questionamentos se dão em torno de até onde ela pode/deve se estender sem ferir o direito do outro. Já no que se refere à liberdade de imprensa, os pontos de conflito perpassam o próprio termo “imprensa”, pois os direitos de reprodução ideológica concedidos ao sujeito individual não devem se estender na mesma proporção à mídia. Nessa perspectiva, o autor torna bastante claro o fato de que a argumentação que se baseia no suposto temor pela censura, por exemplo, serve como um alibi para muitos liberais brasileiros atuarem em prol da manutenção de alguns interesses.

O vínculo entre liberdade de expressão, liberdade de imprensa e democracia passa pela crença liberal de que o livre debate feito por indivíduos racionais e bem informados o mercado de ideias conduzirá necessariamente à formação de uma opinião pública independente capaz de tomar as melhores decisões para o conjunto da sociedade e, mais ainda, à prevalência da verdade (LIMA, 2010, p. 31).

Apesar da proposta original, como denuncia o autor, ao longo de suas reflexões, o direito implicado por tais liberdades tem sido usurpado pelos grandes conglomerados da mídia, que acabam, que, além de selecionar as ideologias que terão livre circulação, pela grande permissividade em relação aos meios de comunicação, acaba funcionando como uma censura às avessas ao informar em excesso e com pouca credibilidade.

Devido ao histórico da atuação abusiva de grande parte da imprensa brasileira, em consonância com o pensamento de Lima, o presente estudo reitera a necessidade de regulação da mídia uma vez que:

Entre nós, historicamente, uns poucos grupos controlam o que deveria ser democraticamente controlado por todos: a liberdade de expressão. Precisamos, portanto, dar um passo à frente e discutir o papel da mídia em termos do “direito à comunicação”. Este é um direito de “mão dupla” que supera conceitualmente a unidirecionalidade do direito à informação e deve ser considerado como um direito fundamental do Homem, como, por exemplo, os direitos à saúde ou à educação. (LIMA, 2010, p. 68).

Considerações finais

Por centrar-se na encruzilhada da relação mídia—política, o jornalismo tem acompanhado a crise que perpassa tais instituições. É preciso notar, porém, que, em dissonância do desserviço ao jornalismo, prestado por grande parte dos grupos de mídia, muitos profissionais que atuam de modo independente e até mesmo através de organizações têm resistido à sobreposição dos interesses particulares na esfera pública.

Desde a crise de representação até os manifestos expressos por representantes da categoria, seja em caráter pessoal ou institucional, todos os fenômenos ilustrados neste estudo apontam para uma tentativa de tomada de consciência de classe.

Vale ressaltar, contudo, que o movimento daqueles que lutam contra o antijornalismo se constitui não em perspectiva de negar a crise que atravessa o jornalismo, mas de denúncia do contexto que a configura e de busca pela recuperação da essência do jornalismo enquanto instituição comprometida com a emancipação social. Como síntese da ideologia motivadora desse grupo, apontamos aqui um trecho da carta, publicada pela Fenaj, que reitera as qualidades da autêntica produção jornalística, emitida no ano de 2016, em ocasião do Dia do Jornalista¹³:

Somos aqueles que resistem às muitas tentativas de se desqualificar o Jornalismo, tratando a produção de informação jornalística com entretenimento, ficção e mera opinião. O Jornalismo continua e continuará necessário, enquanto houver democracia, ainda que haja mudanças na sua forma de produção e, principalmente, de difusão.

¹³ Disponível em: <http://fenaj.org.br/materia.php?id=4510>. Acesso em: 26/04/2016.

[...] Sabemos que a liberdade de expressão é um direito individual, consagrado a todos os cidadãos, mas sabemos da nossa responsabilidade de elevar esse direito individual à condição de direito coletivo, garantindo a diversidade e pluralidade de vozes na esfera pública.

Referências bibliográficas

- BIONDI, Antonio e CHARÃO, Cristina. Terra de gigantes. In: **Revista Adusp**. São Paulo: Janeiro de 2008, pp. 6-25.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOWMAN, S., WILLIS, C. **Nosotros, el medio - Cómo las audiencias están modelando el futuro de la noticias y la información**. Editado por J.D. Lasica, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. 2 ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma Teoria dos Meios de Comunicação**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.
- GALEANO, Eduardo. A caminho de uma sociedade da incomunicação?. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 149-154.
- LIMA, Venício de A. de. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.
- _____. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. MARICATO, Ermínia et. al. – 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 89-94.
- MIÈGE, Bernard. **O pensamento comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”: O fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- _____. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro. Ed Revan, 2007.
- _____. O suicídio do jornalismo. **Observatório da Imprensa**, 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-suicidio-do-jornalismo/>>. Acesso em: 21 Abr. 2016.
- SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira. Quem É e Como Vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- WASKO, Janet. Estudando a Economia Política dos Media e da Informação. In: SOUZA, Helena (Org.). **Comunicação, Economia e Poder**. Portugal: Porto Editora, 2006, p. 29-53.
- WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.